



A memória da abolição sul rio-grandense: aprendendo história com fontes documentais.

Roberto Radünz*
Pâmela Cervelin Grassi**

Resumo: O presente artigo apresenta uma proposta didática sobre o uso de fontes documentais no ensino da história. Trata da incorporação em sala de aula das Cartas de Liberdade, datadas no final do século XIX, da Vila de Vacaria, Província de São Pedro do Rio Grande do Sul e outras documentações referentes à escravidão, em confrontação com as narrativas tradicionais dos livros didáticos. Partindo do pressuposto de que o uso de fontes no ensino escolar torna os indivíduos agentes da construção de conhecimento histórico, o objetivo é aproximá-los dos procedimentos utilizados pelos pesquisadores e propiciar reflexões sobre as diferentes compreensões de mundo que circulam na sociedade.

Palavras-chave: Fontes. Ensino da História. Alforrias

Abstract: The present article presents a didactic proposal about the use of documental sources in the teaching of history. It is about the incorporation of the Freedom Letters in classroom, dated in the end of the XIX century, from Vila de Vacaria, Província de São Pedro do Rio Grande do Sul and another documentations relative to the slavery, in confrontation with the traditional narratives of the didactic books. Starting from the presupposition that the use of sources in the scholar teaching makes individual agents of the history knowledge construction, the objective is approach them of the used procedures by the researchers and propitiate reflections about the different world's comprehension that circle in the society.

Keywords: Sources. History Teaching. Manumission

No cotidiano escolar, o professor cria possibilidades para a aprendizagem dos conteúdos históricos. Os instrumentos didáticos tornam-se mediadores deste ensino na medida em que favorecem o trabalho na sala de aula. Uma das ferramentas didáticas recorrentes na realidade escolar é o livro didático. Produto da indústria editorial, ele assegura conhecimentos escolares e

* Doutor em História do Brasil pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Professor na Universidade de Caxias do Sul (UCS) e na Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Coordenador do Mestrado Profissional de História da UCS. *E-mail:* rradunz@ucs.br

** Bolsista BIC/UCS. Aluna do curso de História da UCS. *E-mail:* pamelagrassi@gmail.com



métodos pedagógicos ao professor e torna-se, na maioria das vezes, a única ferramenta de aprendizagem e fonte de pesquisa.

Para além do livro didático, há ainda outras ferramentas que podem auxiliar o professor de história. Ele pode criar situações de ensino-aprendizagem a partir do objeto principal de sua ciência, as fontes documentais. Por meio de procedimentos metodológicos adequados, aproxima sua especificidade profissional, enquanto historiador, da sala de aula.

O presente artigo trata do uso de fontes no ensino da História, problematizando-as com as informações relativas à Abolição presentes em livros didáticos do ensino fundamental, especialmente do 8º ano. Boa parte desses livros tratam o fim da escravidão como um processo findo com a assinatura da Lei Áurea em maio de 1888. Não fazem referência, no entanto, ao fato de que em várias Províncias a escravidão estava em processo de abolição alguns anos antes da assinatura da referida lei. Na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, várias vilas já havia, através das suas Câmaras de Vereadores, decretado a libertação dos escravos na metade da década de oitenta. Especificamente na vila de Vacaria, situada na encosta superior do nordeste, a escravidão foi abolida em 1885.

A provocação para o uso de fontes históricas parte dessa data controversa no calendário brasileiro que é reforçado nos livros didáticos - o 13 de maio - marcado pela assinatura da Lei Áurea, que determinou a libertação de todos os escravos.

As reflexões desse artigo resultam do trabalho desenvolvido pelo projeto Da Lei de Terras ao Êxodo Rural: a relação entre latifundiários, colonos, escravos e libertos na Serra Gaúcha (1850-1950), da Universidade de Caxias do Sul. Ao analisar um processo crime datado do final do século XIX, que trata da condenação do forro Felício, na então vila de Vacaria, a pesquisa confrontou-se com as cartas de alforria do réu e da vítima. O caso em questão tem um grande potencial didático-pedagógico pela possibilidade de analisar o contexto histórico do final do Império nas paragens sulinas do Brasil.

Para o trabalho em sala de aula, será proposta a análise das cartas de alforria dos envolvidos no crime, o processo judicial que acusou Felício de ter matado sua irmã e outras documentações referentes ao movimento abolicionista. O propósito da escolha desta documentação é evidenciar o processo de extinção do regime escravista no sul do Brasil em comparação com as informações obtidas dos livros didáticos de circulação nacional.

A memória abolicionista nos livros didáticos



Instrumento de trabalho presente na prática pedagógica no ensino da história, o livro didático é, via de regra, o principal recurso utilizado pelos professores. Nele, o conhecimento histórico é reunido e sistematizado em propostas pedagógicas de acordo com a etapa cognitiva dos alunos.

Mesmo que seja uma ferramenta pedagógica, o livro didático não é neutro. Ele traz em si condicionamentos econômicos, ideológicos e técnicos desde a sua elaboração, como as concepções de mundo e o lugar social dos autores, perpassando pelas políticas educacionais, até os processos de distribuição e consumo, ligados à indústria cultural (CAIMI, 2002, p. 30).

Compreendidos a partir desses pressupostos, foram selecionados livros didáticos para analisar as abordagens históricas acerca da abolição da escravatura no Brasil. Os critérios adotados para a seleção dos mesmos consideraram a etapa escolar – ensino fundamental, especialmente o 8º ano –, os livros de circulação nacional indicados no Guia de Livros Didáticos PNLD 2008¹ e os livros regionais de História do Rio Grande do Sul.

Diante das distintas opções de elaboração de estrutura das obras didáticas e de seleção dos conhecimentos históricos, o MEC distribuiu as coleções em quatro blocos: História Temática, História Integrada, História Intercalada e História Convencional. Foram selecionados três livros dentro da proposta de História Intercalada e uma obra do bloco de História Integrada, que trabalha exclusivamente com fontes históricas.

O conjunto das obras de História Intercalada abordam os assuntos em ordem cronológica crescente e nos espaços em que ocorreram, com a História do Brasil e da América junto da História Geral. Já a estrutura dos livros de História Integrada propõe, ao mesmo tempo, segundo o Guia de Livros Didáticos, a História do Brasil, a da América e da História Geral, não necessariamente em ordem cronológica.

Na análise das obras didáticas selecionadas, destinadas ao público do 8º ano, foram constatadas abordagens semelhantes entre si, veiculando uma perspectiva processual em relação aos aspectos que culminaram na abolição da escravatura no Brasil. Aspectos endógenos e exógenos são destacados nesse processo, com a ação de diferentes grupos sociais.

Os livros referentes à História Intercalada, por mais que apresentem propostas didáticas atualizadas e inovadoras, dispõem de uma organização linear da narrativa histórica, usam abordagens clássicas e apresentam textos centrados nos conteúdos. O trabalho com fontes

¹ O Guia de Livros Didáticos PNLD 2008 está disponibilizado no site do Ministério da Educação (MEC). Link: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Avalmat/pnldhisto07.pdf>



históricas é, sobretudo, iconográfico e disponibilizado como informações adicionais ou como ilustração. Deste modo, o texto em forma de conteúdo configura-se ainda como o elemento central dessas obras, com propostas de exercícios e reflexões condicionadas a este aspecto.

De acordo com a obra “História & Vida Integrada”, (PILETTI; PILETTI, 2002), os fatores principais que contribuíram pra a abolição da escravatura no Brasil em 1888 foram três: a pressão política e econômica que a Inglaterra exercia sobre o governo imperial, as ações do movimento abolicionista e a aprovação de leis, como a do Vinte Livre e a do Sexagenário. O processo de extinção da escravidão está inserido no capítulo 20, denominado “Mudanças no Segundo Reinado”, junto com outras questões como a produção cafeeira e a chegada dos imigrantes europeus no sul e sudeste do Brasil. Ainda que de modo tímido, há uma proposta de reflexão sobre os problemas sociais enfrentados no país, decorrentes da inexistência de uma política de inserção dos ex-escravos na sociedade, tais como a concentração de terra e as inúmeras denúncias de trabalho escravo.

Os textos referentes ao livro “História: sociedade e cidadania” também refletem sutilmente a permanência de condições precárias de sobrevivência dos recém-libertados. O movimento abolicionista, a legislação e a resistência dos escravos são atribuídos ao processo de abolição, dentro de um capítulo que também aborda o movimento que conduziu à Proclamação da República.

Na obra “História em documento: imagem e texto” (RODRIGUES, 2009), o tratamento destinado ao fim da escravidão é mínimo, com apenas duas páginas inseridas num capítulo. O próprio subtítulo do texto – “Abolição: defensores e opositores” – demonstra que a temática não é abordada em sua complexidade: é somente um confronto entre aqueles que defendiam a permanência da escravidão e aqueles que lutavam por sua extinção. Outras duas páginas são dedicadas a uma pesquisa e elaboração de texto de biografias de homens e mulheres negras que se sobressaíram como profissionais e intelectuais reconhecidos.

Diferentemente dos livros descritos acima, a obra didática “História em Projetos” (OLIVEIRA et al. 2007), do bloco de História Integrada, propõem um trabalho inovador na sala de aula, sobretudo a partir da utilização das fontes históricas aliadas às circunstâncias das vivências cotidianas dos alunos. O processo investigado da pesquisa histórica parte das atuais discussões historiográficas, com problemáticas e conceitos que incorporam novas temáticas de forma crítica e respeitosa, como as diferenças culturais.

É dentro desta perspectiva que há um capítulo dedicado exclusivamente ao fim da escravidão. A abolição não é abordada de forma isolada e tradicional; há uma preocupação com as



consequências históricas que a escravidão ocasionou no Brasil, como a discriminação racial e a necessidade de apresentar os afros-descendentes como sujeitos históricos e de fortalecer seus laços de identidade. São utilizadas inúmeras fontes documentais, de distintas épocas e tipologias, desde as do século XIX, até canções e poesias da história presente, além de trechos de referências bibliográficas da temática. As autoras provocam, por exemplo, para o debate em torno das comemorações controversas do 13 de Maio e a outra data que os movimentos negros elegeram para ser comemorada, o 20 de Novembro. No final do capítulo, a seção “Panorama” situa cronologicamente os acontecimentos significativos do processo abolicionista.

Quanto aos livros didáticos regionais percebe-se que há poucas edições elaboradas. Por exemplo, na Escola Estadual Alexandre Zattera, de Caxias do Sul, foi encontrada duas obras, uma de 2012, destinada ao público do 5º ano do ensino fundamental e outra de 1994, para o ensino médio. Esta última tem uma peculiaridade na medida em que a formulação curricular privilegia apenas o 5º ano como a etapa escolar para os conhecimentos de História do Rio Grande do Sul.

Na apresentação desse livro, denominado “História do Rio Grande do Sul”, o autor Telmo Remião Moure explica a necessidade de um a obra didática para o ensino médio: há uma “dominação ideológica dos centros hegemônicos internacionais (eurocentrismo) e nacionais (eixo Rio-São Paulo)” (MOURE, 1994, p.6) que restringe o estudo sobre a realidade rio-grandense à 4ª série do 1º grau – como era a denominação na época.

Sobre o processo da abolição, é dedicado apenas um trecho, inserido num capítulo que aborda a formação social da pecuária rio-grandense: “Com a abolição patrocinada pelos detentores da dominação social, os negros foram atirados na marginalidade, sobrando-lhes apenas os serviços domésticos ou subempregos” (MOURE, 1994, p. 117). Dentro de uma abordagem marxista, sequer há menção a abolição antecipada de Porto Alegre e Pelotas.

O livro “História: Rio Grande do Sul”, de Felipe Piletti, que destina um capítulo completo sobre a escravidão rio-grandense, faz referência à abolição antecipada afirmando que ocorreu de forma oficial em toda a província: “No Rio Grande do Sul, a escravidão foi abolida oficialmente em 1884, mas os escravos libertos continuaram a ter de trabalhar de graça para os seus donos por até cinco anos” (PILETTI, 2012, p.60). Na historiografia gaúcha, o fim da escravidão ocorreu de forma oficial em municípios como Porto Alegre e Pelotas, em 1884, ocasionando um decréscimo do número de escravos na província sulina. Outras localidades aderiram a “nobre ideia” como, por exemplo, a vila de Vacaria. Estas abolições antecipadas não implicam no fim da escravidão de forma integral na província. Ainda que contenha esse dado questionável a afirmação presente na obra didática evidencia de forma genérica a liberdade concedida mediante a prestação de serviços.



Proposta didática com fontes documentais

Com a chamada “revolução documental”, o olhar dos historiadores sobre os documentos históricos tornou-se mais amplo. De depositárias de verdade, as fontes transformaram-se em registros de homens e mulheres construídos num tempo específico. O historiador abandona a noção tradicional da história, para o qual os documentos apresentavam verdades incontestáveis, e passa a compreender sua ciência como uma produção discursiva, “como resultado de um longo trabalho de seleção de fontes, de seleção do método e da seleção da teoria, mergulhado em importantes conflitos e lutas políticas do tempo presente” (PEREIRA; SEFFNER, 2008, p.117).

No espaço escolar, a recorrente frequência ao livro didático torna-o a única fonte de pesquisa ao alcance dos alunos, conotando uma noção de veracidade sobre o passado descrito nas páginas, principalmente quando é apresentada uma narrativa tradicional.

Propor o uso de documentos em sala de aula é uma tentativa de aproximar o saber histórico escolar da produção de conhecimento histórico. O objetivo não consiste em transformar os estudantes em pequenos historiadores, mas a ocuparem a condição de sujeitos da construção do conhecimento. Desse modo, é ensinado aos estudantes

a especificidade da narrativa histórica em relação a outras narrativas do passado, como o cinema, a televisão, a literatura, a música, a matéria jornalística, dentre outras. Ou seja, queremos que os estudantes se tornem alguém capaz de reconhecer na História o estatuto de uma ciência, com seus limites e possibilidades (PEREIRA; SEFFNER, 2008, p.127).

Ensinando-os que os documentos não são atestados de veracidade, amplia-se a compreensão que eles foram produzidos no seu tempo e possibilita a confrontação com as outras versões sobre o passado que circulam no tempo presente.

A elaboração e execução de estratégias de ensino-aprendizagem que privilegiam os documentos históricos exigem que o professor conheça as implicações teóricas e pedagógicas dadas às fontes. É necessário perceber em qual etapa cognitiva os alunos se encontram e a metodologia adequada de acordo com a tipologia do documento histórico, a fim de extrair informações quanto à sua forma, o seu conteúdo e a inserção em um determinado contexto histórico.

O uso das cartas de alforria em sala de aula, por exemplo, requerem uma compreensão sobre o seu significado. O ato de alforriar se constituía num poder exclusivo da classe senhorial, pois a ideia era de “convencer os escravos de que o caminho para a alforria passava



necessariamente pela obediência e fidelidade em relação aos senhores” (CHALHOUB, 1990, p.122). Paulo Moreira (2003) sintetiza que as cartas de alforria era dispositivos legais, registrados em Cartório pelas partes envolvidas e comprovadas por testemunhas, que envolviam transferência de propriedade por motivos distintos.

O estabelecimento de critérios de seleção dos documentos e a seleção prévia devem estar articulados com os objetivos da proposta de trabalho. Há a possibilidade do contato direto com o documento nos arquivos históricos ou com uma cópia digitalizada na tela do computador. Atualmente existem também acervos digitalizados na internet.

Procedimentos metodológicos com fontes históricas

O livro “Ensino da História” (ABUD et al. 2011), no seu primeiro capítulo, propõe um procedimento metodológico à abordagem das fontes históricas, elencando cinco etapas: contextualização histórica, objetivo, aspectos materiais, descrição de documentos e interpretação.

Baseado nestas etapas, é apresentada uma proposta prática que poderia ser aplicada aos anos finais do ensino fundamental, com base nas Cartas de Liberdade dos irmãos Felício e Clara, concedidas em 1884, na vila de Vacaria, Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

O contexto histórico são os últimos anos da escravidão no sul do Brasil. A gradual falência do sistema escravista se intensificava pela emergência de movimentos abolicionistas e emancipacionistas, organizados principalmente na capital da Província, em Porto Alegre. Assim, no dia 7 de setembro de 1884 – dia da comemoração da Independência do Brasil e quatro anos antes da abolição da escravatura no Império – Porto Alegre comemorava o fim do regime escravista. No interior da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul a notícia da abolição da escravatura na capital, somada às propagandas abolicionistas, repercutiu de forma significativa, com cartas de alforria concedidas em massa.

Atividade 1	Orientação
a) Acessar o relatório da Presidência da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, do ano de 1885. Pesquisar as páginas 177 a 182, referentes à escravidão e emancipação. Disponível em: http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u762/	Atividade a ser realizada em duplas, no laboratório de informática. Tempo aproximado das atividades – 30 min.
b) Algumas questões que devem ser problematizadas no	



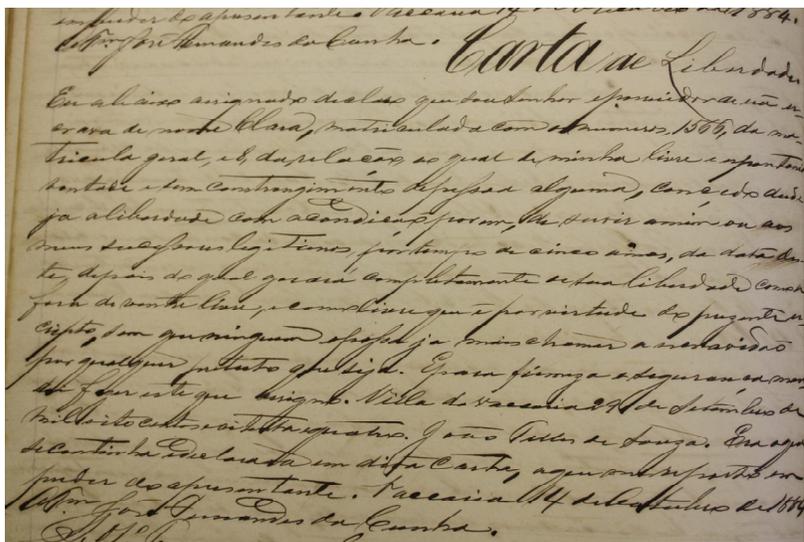
<p>documento:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Datação (quando foi escrito?). - Autoria (quem escreveu?). - Localização geográfica (onde foi escrito?). - Destinatário (a quem se destinava?). - Trata-se de documento de cunho pessoal ou institucional? - Aspectos Materiais: a produção do documento foi feito manualmente ou utilizou algum tipo de máquina? - Qual o assunto central? - A quais pessoas ou grupos sociais o documento se refere? <p>c) Reunir o maior número de informações sobre as libertações em massa dos escravos.</p>	
--	--

O acesso a esta documentação insere os alunos no contexto histórico do final do Império quando, aproximadamente, quarenta mil escravos foram libertos em todo o território rio-grandense. O presidente assim se manifestou com respeito ao *elemento servil*:

Felicito-me de haver sido durante a minha administração que se operou na Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul esse brilhante movimento abolicionista que dentro de poucos mezes restituiu à liberdade cerca de *quarenta mil escravos*. A leal e valorosa cidade de Porto Alegre e á patriótica cidade de Pelotas cabem a gloria da iniciativa; mas a nobre ideia não tardou a circular por toda a Província, penetrando o coração rio-grandense, sempre aberto aos sentimentos philanthropicos. (RELATÓRIO DA PRESIDÊNCIA DA PROVÍNCIA, 1885, p. 117, grifo dos autores).

No interior da província, a vila de Vacaria, caracterizada pelo predomínio da pecuária, também aderiu à “nobre ideia”, com a promoção da libertação em massa de negros cativos. Nessa leva estavam os irmãos Felício e Clara, propriedades do senhor João Telles de Souza. Suas alforrias foram concedidas em 29 de setembro de 1884, no mesmo mês e ano da abolição da escravidão em Porto Alegre.

Atividade 2	Orientação
a) Transcrever a Carta de Liberdade de Clara.	Atividade a ser realizada em duplas, no laboratório de informática. O professor irá providenciar uma cópia impressa ampliada para cada aluno. Poderá também usar o data-show e fazer a transcrição coletivamente.



Tempo aproximado das atividades – 55min.

APERS. Fundo Tabelionato do Município de Vacaria – 093, subfundo 1º Tabelionato, livro 9, p. 128v - Carta: Clara, Sr João Teles de Souza.

b) Transcrição:

Carta de Liberdade

Eu abaixo assignado declaro que seu senhor e possuidor de uma escrava de nome, Clara, matriculada com o numero 1566, de matrícula geral, e 8, depilação, ao qual de minha livre e espontania vontade e sem constrangimento de culpa alguma, concedo desde já a liberdade com a condição porem de servir amim ou aos meus sucessores legítimos, por tempo de cinco ano, de data deste, depois do que gerará completamente a sua liberdade como a fora de ventre livre, como disse que por virtude do presente escripto, sem que ninguém o possa já mais chamar a escravidão por qualquer pretexto que seja. E para firmeza e segurança da mesma fazer este que assigno. Villa de Vacaria, 29 de setembro de mil oitocentos e oitenta e quatro. João Telles de Souza. Eu aqui se continha declarada dita Carta, aqui me reporto em poder do apresentante. Vaccaria 14 de setembro de 1884, Il. José Fernandes da Cunha

c) Algumas questões que devem ser realizadas ao documento:

- Datação (quando foi escrito?).
- Autoria (quem escreveu?).
- Localização geográfica (onde foi escrito?).
- Destinatário (a quem se destinava?).
- Trata-se de documento de cunho pessoal ou institucional?
- Aspectos Materiais: a produção do documento foi feito manualmente ou utilizou algum tipo de máquina?
- Qual o assunto central?
- A quais pessoas ou grupos sociais o documento se refere?



- | | |
|---|--|
| <ul style="list-style-type: none">- Qual o nome do escravo liberto?- Qual o nome do senhor do escravo?- Qual o motivo da libertação?- Qual o tipo de libertação é concedida?- Quais sujeitos apresentam sobrenomes? Quais não apresentam? | |
|---|--|

Nesta atividade, os alunos entrariam em contato com uma nova linguagem e grafia, tornando fundamental o acompanhamento e a orientação do professor. Exigir uma transcrição ágil e rápida não consiste no objetivo proposto. O importante é propiciar espaços didáticos onde o estudante se torne agente da pesquisa do conhecimento histórico.

As cartas de liberdade de Felício e Clara emergem do anonimato e expõem uma prática política muito comum entre políticos da província rio-grandense: a emancipação dos escravos pela alforria sob a condição de prestação de serviços. (ZUBARAN, 2009). Tratava-se de uma situação intermediária entre a condição de escravo e a de liberto, normatizada na Lei do Ventre Livre, de 1871. A libertação sob a contratação de serviços era permitida por um tempo de até sete anos. Felício e Clara foram contratados por cinco anos.

Conforme Chalhoub (1990), as alforrias de prestação de serviços se constituíam como uma medida de extinção gradual do cativo, pois, segundo a mentalidade senhorial, caso a escravidão fosse rompida de forma brusca e imediata, as possibilidades de os cativos aderirem à vadiagem, ao crime ou à devassa eram grandes.

Por meio destas informações os alunos perceberiam que o escravo não desfrutava do exercício da liberdade logo após a concessão da carta de alforria. A libertação por meio de cláusulas restritivas resultava na permanência dos vínculos escravistas. Este é o momento do professor aproximá-los de uma abordagem qualitativa a fim de concluírem a expressividade desse tipo de alforria.

Baseada nos estudos de Paulo Moreira (2007), as cartas de liberdades podem ser classificadas em três tipos: *sem ônus*, *ou condição*, *condicionais* e *pecúlio*. As alforrias *sem ônus* *ou condição*, também chamadas de “gratuitas”, eram aquelas a partir das quais a liberdade ocorria mediante motivações distintas, como, por exemplo, bons serviços prestados. O *pecúlio* era referente ao pagamento levantado pelo próprio escravo. As condicionais podiam ser designadas para a contratação de serviços (caso de Felício e Clara), como também para as situações em que a liberdade dependia da morte do senhor.

Atividade 3	Orientação
--------------------	-------------------



Acessar o Catálogo Seletivo das Cartas de Liberdade e elaborar uma tabela a partir das cartas de alforria da Vila de Vacaria, entre os anos de 1884 e 1885. Contabilizá-las em três tipos: <i>sem ônus ou condição</i> , <i>condicionais</i> e <i>pecúlio</i> . Disponível em http://www.apers.rs.gov.br/portal/index.php?menu=artigodet&cod=64 In: Catalogo_Seletivo_Cartas_Liberdade_Volume_2.pdf pg. 1206 - 1219	Atividade a ser em duplas, no laboratório de informática. Tempo aproximado das atividades – 110min.
--	--

O catálogo reúne 143 cartas de alforria entre os anos de 1884 e 1885, na vila de Vacaria. A seguir, a tabela proposta na atividade.

Tabela 1 – Tipos de Alforria – Vacaria (1884-1885)

Tipos	N.	%
Sem ônus ou condição	8	5,6
Condicionais	130	90,9
Pecúlio	5	3,5
Total	143	100

Fonte: RIO GRANDE DO SUL, 2006, vol.2, p.1207-1219.

Os números referentes às alforrias *sem ônus ou condição* e mediante o *pecúlio* são insignificantes. A expressividade está nas *condicionais* sob a prestação de serviços, que correspondem a 90,9% dos registros levantados. Estes números evidenciam a preferência política pelas libertações com contratos de serviços. Os alunos seriam levados a refletir sobre estes números, realizando um cruzamento com as informações dos outros documentos pesquisados, a fim de chegarem a construir um conhecimento a respeito desse processo.

Conforme objetivo do presente artigo, o professor tem ainda a possibilidade de partir para outro procedimento, o de confrontar as conclusões com as informações obtidas de algumas obras didáticas. Como a análise permite afirmar, as narrativas textuais dos livros didáticos selecionados supõem que a liberdade era concedida imediatamente após a entrega da carta. Não há informações sobre o recorrente compromisso político de conceder a libertação para os escravos mediante a contratação de serviços.



Dos livros didáticos de circulação nacional analisados nessa pesquisa, embora apenas um faça menção à abolição antecipada em Porto Alegre, no ano de 1884, não há outras informações sobre o processo abolicionista na região sul do Brasil. As narrativas são centralizadas no sudeste brasileiro, especialmente o eixo Rio-São Paulo, como se o fim da escravidão ocorresse num modo contínuo e uniforme, sem contextos específicos. Esta regularidade atribuída aos acontecimentos passados é uma preocupação presente nos Parâmetros Curriculares Nacionais:

Na prática dos historiadores, o tempo não é concebido como um fluxo uniforme, em que os fenômenos são mergulhados tais como os corpos num rio cujas correntezas levam sempre para mais longe. O tempo da história é o tempo intrínseco aos processos e eventos estudados. São ritmados não por fenômenos astronômicos ou físicos, mas por singularidade dos processos, nos pontos onde eles mudam de direção ou de natureza. (MEC, 1998, p. 40).

A confrontação dos documentos históricos com as obras didáticas privilegiaria a comparação das narrativas tradicionais, de sucessão cronológica crescente e acumulativa, com a construção de conhecimentos históricos em temporalidades descontínuas. Este procedimento pedagógico pode fazer com que os alunos compreendam que os indivíduos e os grupos sociais vivem ritmos distintos “das mudanças, das resistências e das permanências” (MEC, 1998, p.40).

Cabe ressaltar a obra “História em Projetos”, que ao privilegiar o modelo de História Integrada, torna as fontes documentais centrais no ensino da história. Os próprios PCN apontam que a História Integrada, caracterizada pela inexistência de uma ordenação temporal, é uma proposta adequada as problematizações que consideram as múltiplas temporalidades. Os livros referentes à História Intercalada apresentam uma organização temporal clássica, portando uniforme e regular.

Conclusões

As inúmeras pesquisas acadêmicas e suas produções contribuíram para rechaçar a ideia de que a escravidão na província sulina, comparada a outras brasileiras, era mais amena. No entanto, o cotidiano escolar ainda apresenta lacunas com poucas reflexões referentes à escravidão no sul do Brasil. Esta breve proposta didática, ao sugerir o uso de fontes históricas na compreensão do processo abolicionista no sul do Império, pretende contribuir para a complexificação da memória rio-grandense, que contemple as páginas ainda desconhecidas na sala de aula concernentes à escravidão.

Privilegiando o contato direto com os documentos históricos, os alunos se apropriam de procedimentos de análise e refletem historicamente sobre as representações do passado que



circula na sociedade, inclusive o próprio livro didático, constantemente utilizado como fonte de pesquisa.

O aluno torna-se um pesquisador e agente da construção do saber histórico, assim como o professor de História, que não se dissocia da sua prática profissional enquanto historiador. Reconhecendo-se como pesquisador, ele rompe com a ideia de que a pesquisa é desenvolvida somente nas universidades e assume um papel de protagonista na construção do conhecimento escolar e histórico.

Fontes

APERS. Fundo Tabelionato do Município de Vacaria – 093, subfundo 1º Tabelionato, livro 9, p. 128v - Carta: Clara, Sr João Teles de Souza.

APERS. Cível e Crime, Vacaria, Processo 1.083, E 120, Maço 30, ano 1887.

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. **História:** sociedade e cidadania. São Paulo: FTD, 2009 (8º ano do ensino fundamental).

MOURE, Telmo Remião. **História do Rio Grande do Sul.** São Paulo: FTD, 1994.

IMPÉRIO DO BRASIL. Decreto n. 5.135, de 13 de novembro de 1872. Aprova o regulamento geral para a execução da Lei 2.040, de 28 de setembro de 1871. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=76935&tipoDocumento=DEC&tipoTexto=PUB>>. Acesso em: 20 maio 2012.

IMPÉRIO DO BRASIL. Relatório da Presidência da Província, 1885. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u762/>>. Acesso em: 7 jun. 2012.

OLIVEIRA, Conceição; MIUCCI, Carla; PAULA, Andrea. **História em projetos.** São Paulo: Ática, 2007 (8º ano do ensino fundamental).

PILETTI, Nelson & PILETTI, Claudino. **História & Vida Integrada.** São Paulo: Ática, 2002 (8º ano do ensino fundamental).

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público. **Documentos da escravidão:** catálogo seletivo de cartas de liberdade e acervo dos tabelionatos do interior do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Corag, 2006. p. 1.207-1.219. v. 2.

RODRIGUES, Joelza Ester Domingues. **História em documento:** imagem e texto. São Paulo: FTD, 2009 (8º ano do ensino fundamental).

Referências

ABUD, Katia Maria; SILVA, André Chaves de Melo; ALVES, Ronaldo Cardoso. **Ensino de História.** São Paulo: Editora Cengage Learning, 2010.



CAIMI, Flávia E. O livro didático: algumas questões. In: DIEHL, Astor Antônio (Org). **O livro didático e o currículo de história em transição**. Passo Fundo: Ediupf, PP. 25-109, 2002.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Básica. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Guia de livros didáticos PNLD 2008**: História. Brasília: MEC, 2007.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais. **Terceiro e Quartos ciclos do Ensino Fundamental II**: História. Brasília: MEC, 1998.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. **Os cativos e os homens de bem**. Porto Alegre: EST, 2003.

PEREIRA, Nilton Mullet & SEFFNER, Fernando. O que pode o ensino de história? Sobre o uso de fontes na sala de aula. **Anos 90**, v. 15, n. 28, p.113-128, dez. 2008.

ZUBARAN, Maria Angélica. A invenção branca da liberdade negra: memória social da abolição em Porto Alegre. **Fênix**, Uberlândia, v. 6, ano VI, n. 3, p. 1-16, jul./ago./set. 2009. Disponível em: <www.revistafenix.pro.br>. Acesso em: 5 jul. 2012.

Recebido em Julho de 2013

Aprovado em Agosto de 2013